



FHC espera Malan para iniciar o discurso com que tentaria acalmar o mercado: ajuste fiscal continua a ser prioridade do governo, advertiu o presidente

# FHC PROMETE QUE AGORA JUROS CAEM

PRIMEIROS SINAIS DO MERCADO, PORÉM, SÃO DE QUE A DESCONFIANÇA PERSISTE

continuação da capa

Outro fator positivo para o sucesso da tentativa de estancar a saída de dólares do país foi a aprovação, pelo Congresso, de quatro medidas provisórias que fazem parte do pacote de ajuste fiscal. Entre elas, a polêmica MP que altera a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas e aumenta a alíquota do IOF de 0,2% para 0,38%.

Os líderes do governo sabiam que o comportamento dos investidores internacionais na hora da crise é determinado por gestos simbólicos e fizeram grande pressão sobre os parlamentares. O Congresso precisava dar ao mundo um sinal de apoio ao ajuste fiscal, era o argumento deles. Conseguiram o sinal e R\$ 5,4 bilhões — que é quanto a MP vai arrecadar a mais — para a União.

O aumento na tributação sobre as empresas desagradou aos empresários, mas eles estavam ontem felizes demais com a queda de Gustavo Franco para reclamar. Para boa parte do empresariado nacional — à frente o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Horácio Lafer Piva — o ex-presidente do Banco Central era o inimigo número um, por causa do câmbio valorizado e das altíssimas

taxas de juros que sustentava.

Para a vitória ficar completa, o próprio Fernando Henrique — de volta a Brasília ontem de manhã, interrompendo suas recém-começadas férias em Sergipe — fez questão de dizer que a saída de Franco e a nova política de câmbio abrem caminho para a queda dos juros.

“A decisão abre espaço para a redução dos juros ansiada pelo país” disse o presidente. Ressalvou, porém, que isso depende da aprovação do ajuste fiscal. A nomeação de Francisco Lopes para o BC, segundo o presidente, torna possível ajustar a política monetária, “mas não no sentido da frouxidão”. Tudo, reafirmou, estará condicionado ao ajuste fiscal.

Mesmo com as ressalvas, é música para os ouvidos dos empresários. Mas outros indícios, dentro e fora do país, mostram que a desconfiança dos operadores financeiros persiste. Um dos mais significativos foi o comportamento das cotações do dólar logo depois que a nova banda cambial começou a funcionar.

O mercado financeiro passou imediatamente a cotar o dólar no teto de R\$ 1,32. O salto foi interpretado como um sinal de insatisfação dos operadores com a desvalorização de 8,8% que esse valor representa, na prática, em relação à co-

tação de R\$ 1,2114 com que o mercado tinha fechado na terça-feira.

O mercado estaria pedindo uma desvalorização maior, em outras palavras. O novo presidente do Banco Central encarou a pressão com frieza. “Pode ter um dia que as taxas sobem 8% e outro em que elas vão cair 8%”, disse Francisco

Lopes. “A cotação da taxa de câmbio será algo mais animado do que era no passado”, avisou.

Representantes de bancos e instituições financeiras dos países ricos interpretaram as mudanças como uma tentativa desesperada de salvar o real. A reação mais negativa foi a do economista-chefe da Merrill Lynch, Eduardo Cabrera. “Esta é a última aposta do Brasil”, disse ele à Agência O GLOBO, em Nova York.

Para Cabrera, os mercados

globais não vão mais financiar o Brasil e as reservas brasileiras podem desaparecer em alguns dias, como aconteceu com o México. O governo não entendeu as mudanças nos mercados internacionais, acrescenta ele. “O Brasil não tem um problema cambial, mas sim um problema fiscal”.

O Brasil, na verdade, está em melhores condições do que o México para enfrentar um ataque especulativo, apontam outros comentaristas. Tem cerca de US\$ 40 bilhões em reservas — o México tinha US\$ 5 bilhões quando quebrou. E como lembrou Francisco Lopes, pode ainda sacar mais US\$ 41 bilhões do pacote de empréstimos coordenado pelo Fundo Monetário Internacional e fechado há dois meses.

Mas o acordo com o FMI também sofre com as mudanças na política de câmbio. A desvalorização do real eleva as dívidas do governo brasileiro e torna ainda mais improvável o cumprimento das metas acertadas com o Fundo, o que significa que este acordo caducou, e vai ser praticamente obrigatório renegociá-lo, como observou o repórter Nelson Torreão na coluna *Correio Econômico*.

■ Nas páginas seguintes e até a página 16, a cobertura completa da crise

